



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Terceira Câmara Criminal

154

APELAÇÃO CRIMINAL
COMARCA:
VARA:
APELANTE:
DEFENSOR DATIVO:
APELADO:

RELATOR:
ÓRGÃO JULGADOR:
PROCURADORA:

Nº 0173816-3
FERREIROS
ÚNICA
GILSON FRANCISCO PONTES DO NASCIMENTO
DR. CARLOS GILBERTO VASCONCELOS BORBA
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE
PERNAMBUCO
DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL
DRA. LAÍSE TARCILA ROSA DE QUEIROZ
(CONVOCADA)

EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL. CONTRAVENÇÃO PENAL DE VIAS DE FATO. AUSÊNCIA DE PROVAS DA EXISTÊNCIA DA INFRAÇÃO PENAL. ABSOLVIÇÃO QUE SE IMPÕE. SENTENÇA REFORMADA. PROVIMENTO DO RECURSO. DECISÃO UNÂNIME.

1. Não sendo a prova testemunhal suficiente para demonstrar a materialidade do delito, de modo a não estar provada a existência do crime, impõe-se a reforma da sentença para absolver o apelante, na forma do art. 386, II, do CPP.
2. Sentença condenatória reformada. Recurso provido. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos da **Apelação Criminal nº 0173816-3**, no qual figuram como partes as retromencionadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, **em dar provimento ao recurso para absolver o apelante na forma do art. 386, II, do CPP**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 22.12.2009

Desa. Presidente

Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Terceira Câmara Criminal



155

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0173816-3
COMARCA: FERREIROS
VARA: ÚNICA
APELANTE: GILSON FRANCISCO PONTES DO NASCIMENTO
DEFENSOR DATIVO: DR. CARLOS GILBERTO VASCONCELOS BORBA
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL
PROCURADORA: DRA. LAÍSE TARCILA ROSA DE QUEIROZ (CONVOCADA)

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso de Apelação interposto por **Gilson Francisco Pontes do Nascimento** contra a sentença de fls. 58/60, pela qual foi condenado à pena de prisão simples de 01 (um) mês e 15 (quinze) dias pela prática da contravenção de vias de fato, tipificada no art. 21¹, do Decreto-Lei nº 3688/41 (Lei de Contravenções Penais).

Em suas razões recursais de fls. 65/69, pugna o apelante pela sua absolvição, com fundamento no art. 386, IV ou III², do CPP, haja vista,

¹ Art. 21. Praticar vias de fato contra alguém:

Pena – prisão simples, de quinze dias a três meses, ou multa, de cem mil réis a um conto de réis, se o fato não constitui crime.

² Art. 386. O juiz absolverá o réu, mencionando a causa na parte dispositiva, desde que reconheça:

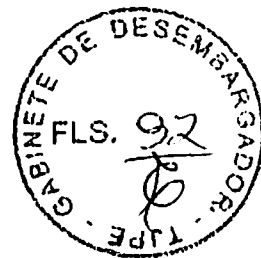
II - não haver prova da existência do fato;

III - não constituir o fato infração penal;

IV - não existir prova de ter o réu concorrido para a infração penal;



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Terceira Câmara Criminal



156

respectivamente, a ausência de provas suficientes e a insignificância penal do fato.

Às fls. 73/76, o Ministério Público apresentou contrarrazões ao recurso pretendendo seja-lhe dado provimento parcial para absolver o apelante com fundamento no art. 386, II, do CPP.

A Procuradoria de Justiça em matéria criminal, às fls. 86/88, opinou pela modificação da sentença condenatória nos termos suscitados pela Promotoria de Justiça.

Em seguida, vieram-me conclusos para julgamento.

É o relatório.

Inclua-se em pauta, na forma do art. 610, *caput* ³, da Lei Adjetiva Penal.

Recife, 17.11.2009


Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Relator

³ Art. 610. Nos recursos em sentido estrito, com exceção do de *habeas corpus*, e nas apelações interpostas das sentenças em processo de contravenção ou de crime a que a lei comine pena de detenção, os autos irão imediatamente com vista ao procurador-geral pelo prazo de cinco dias, e, em seguida, passarão, por igual prazo, ao relator, que pedirá designação de dia para o julgamento.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Terceira Câmara Criminal

157

APELAÇÃO CRIMINAL	Nº 0173816-3
COMARCA:	FERREIROS
VARA:	ÚNICA
APELANTE:	GILSON FRANCISCO PONTES DO NASCIMENTO
DEFENSOR DATIVO:	DR. CARLOS GILBERTO VASCONCELOS BORBA
APELADO:	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
RELATOR:	DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
ÓRGÃO JULGADOR:	TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL
PROCURADORA:	DRA. LAÍSE TARCILA ROSA DE QUEIROZ (CONVOCADA)

VOTO

Narra a denúncia de fls. 02/03 que o apelante, em 14/04/2007, haveria desferido contra sua ex-companheira, Zuleide Bernardo da Silva, um soco no abdômen, ameaçando-a de morte em seguida.

Consta dos autos que a vítima retratou-se do crime de ameaça (art. 147, CPB), manifestando seu desejo de não representar contra o apelante (fl. 44).

Inicialmente, observa-se que o fato não deixou vestígios materiais e, na forma do art. 167, da Lei Adjetiva Penal, poderão ser demonstrados pela prova indireta. Entretanto, assiste razão ao apelado quando afirma que não há prova da existência do fato. Senão vejamos.

Verifica-se do depoimento da vítima e das testemunhas inquiridas que somente há coincidência quanto à discussão verbal havida entre a ofendida



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Terceira Câmara Criminal



158

e apelante acerca de umas fotos, as quais a primeira se recusava a devolver, pois somente a vítima declara a existência de violência física, não oferecendo, entretanto, suas afirmações qualquer segurança jurídica capaz de sustentar uma condenação, porquanto aduziu na fase inquisitorial que o mesmo desferiu um soco em seu abdômen (fl. 07) e, em juízo, que teria sido em seu peito (fls. 45/46), o que não foi confirmado por nenhuma das testemunhas presenciais (fls. 49/50).

O depoimento daquelas demonstra a inexistência de intenção (dolo) do apelante de praticar vias de fato (violência física) contra a ofendida, na medida em que declaram que o apelante segurou a roupa da vítima apenas no intuito de impedir que a mesma se retirasse, vindo essa a rasgar em parte, o que não é punível, pois não há contravenção penal na modalidade culposa.

Por outro lado, acaso estivesse provada a infração penal, incabível a aplicação do princípio da insignificância penal, haja vista que incompatível com os ditames da Lei nº 11.340/2006, que visa coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, independente de sua gravidade e do retorno ao convívio entre ofensor e ofendida, quando a ação é pública incondicionada, como é o caso dos autos.

Outrossim, não demonstrada a existência da contravenção imputada ao acusado, desnecessária a análise acerca da autoria.

Desse modo, observa-se que a prova testemunhal não é suficiente para demonstrar a materialidade do delito, não estando provada a existência

- 4



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Terceira Câmara Criminal

159

do crime, impondo-se a reforma da sentença para absolver o apelante, na forma do art. 386, II, do CPP.

Por todas estas razões, em consonância com o parecer da Procuradoria de Justiça, **voto para dar provimento ao apelo**, para absolver o apelante, nos termos acima descritos.

Recife, 22.12.2009


Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Relator